REVISTA OBSERVATÓRIO PORTUÁRIO

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ESG NO PORTO DE SANTOS

Bianca Ippolito de Carvalho e Silva
Rafael Pedrosa
Fagner Severo
observatorioportuario@unisanta.br

Resumo: Este artigo explora a aplicação dos princípios ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance) no Porto de Santos, destacando as iniciativas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa adotadas. A pesquisa, fundamentada em uma análise bibliográfica, aborda os impactos ambientais das operações portuárias e as medidas de mitigação implementadas. Além disso, discute a estrutura de governança baseada no modelo de três linhas de defesa, que garante a gestão eficiente de riscos e a transparência das operações. No âmbito social, o artigo examina programas de desenvolvimento comunitário que promovem a inclusão e o crescimento profissional de jovens. A comparação com portos internacionais, como o de Roterdã, ilustra a importância de metas climáticas e de iniciativas de diversidade e inclusão. Os resultados indicam que a adoção das práticas ESG pelo Porto de Santos não só cumpre as exigências regulatórias, mas também promove um desenvolvimento socioeconômico sustentável, fortalecendo a imagem positiva da Autoridade Portuária de Santos. O estudo conclui que a integração dos princípios ESG é essencial para o futuro das operações portuárias, contribuindo para a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa no setor.

Palavras-chave: sustentabilidade; ESG; Porto de Santos; responsabilidade social; governança corporativa.

Abstract: This article explores the application of ESG principles (Environmental, Social, and Corporate Governance) at the Port of Santos, highlighting the sustainability and corporate responsibility initiatives adopted. The research, based on a literature review, addresses the environmental impacts of port operations and the mitigation measures implemented. Furthermore, it discusses the governance structure based on the three lines of defense model, which guarantees efficient risk management and transparency of operations. In the social sphere, the article examines community development programs that promote the inclusion and professional growth of young people. The comparison with international ports, such as Rotterdam, illustrates the importance of climate goals and diversity and inclusion initiatives. The results indicate that the adoption of ESG practices by the Port of Santos not only meets regulatory requirements, but also promotes sustainable socioeconomic development, strengthening the positive image of the Santos Port Authority. The study concludes that the integration of ESG principles is essential for the future of port operations, contributing to sustainability and corporate responsibility in the sector.

Keywords: Sustainability; ESG; Porto of Santos; social responsability; corporate governance.

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade e a responsabilidade corporativa tornaram-se temas centrais no contexto empresarial moderno, especialmente em setores de grande impacto ambiental e social,como o portuário. De acordo com o veículo de notícias da Marinha do Brasil, os portos brasileiros desempenham um papel crucial na economia, sendo responsáveis pela movimentação de aproximadamente 95% do comércio exterior. Diante dessa relevância, a adoção de práticas que alinhem desenvolvimento econômico com proteção ambiental e bem- estar social é imperativa.

O conceito de ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance) surgiu como uma abordagem inovadora para medir o comprometimento das organizações nesses três âmbitos essenciais. A sigla ESG, que significa Ambiental, Social e Governança Corporativa, foi popularizada a partir do relatório “Who Cares Wins” publicado pelo Banco Mundial em colaboração com o Pacto Global em 2004. Este relatório provocou líderes empresariais a considerar como integrar aspectos sociais, ambientais e de governança em suas operações paragarantir decisões mais sustentáveis e benéficas para a sociedade (Pacto Global, 2004).

Neste cenário, o Porto de Santos se destaca por suas iniciativas pioneiras na incorporação dos princípios ESG. Desde a implementação do Plano Básico Ambiental em 2017,até a adoção de um modelo robusto de governança corporativa e a promoção de programas sociais que beneficiam a comunidade local, o porto tem se esforçado para equilibrar suas operações com a responsabilidade socioambiental.

Este artigo visa analisar as práticas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa adotadas pelo Porto de Santos, destacando suas estratégias e resultados. Serão explorados os impactos ambientais das operações portuárias, as medidas de governança implementadas para garantir transparência e eficiência, e as iniciativas sociais que fortalecem a relação entre o porto e a comunidade. Ao final, será discutida a importância dessas práticas para o desenvolvimento sustentável e o futuro das operações portuárias no Brasil.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Conceito de ESG

A sigla ESG corresponde, do inglês, a *Environmental*, *Social* e *Corporate Governance* e, segundo Bramante, Carloto e Bramante (2023), envolve um conjunto dediretrizes e boas práticas recomendadas com uma abordagem inovadora, visando medir o comprometimento das organizações nos âmbitos ambiental, social e de governança corporativa, além de avaliar se a entidade contribui com os objetivos sociais e é empresarialmente sustentável.

O debate sobre este assunto é atual, mas em 2004 a sigla já havia surgido no relatório "*Who Cares Wins*", publicado pelo Banco Mundial em colaboração com o Pacto Global. Neste relatório, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, provocou cinquenta CEOs de importantes instituições financeiras sobre os rumos do capitalismo sem propósito e como englobar aspectos sociais, ambientais e de governança no mercado financeiro. O objetivo era discutir como garantir a organização e a harmonia da empresa para tomar as melhores decisões possíveis para o mundo.

A partir disso, essa discussão se inflamou devido à preocupação dos investidores com os riscos que um cenário global desfavorável pode acarretar para seus investimentos em empresas e negócios. Nesse contexto, a gestão portuária e o mercado financeiro estão interligados, visto que ambos desempenham papéis essenciais na facilitação do comércio globale na movimentação de capital. Segundo a Agência Marinha de Notícias, no mundo, 80% do volume do comércio internacional de mercadorias é feito via marítima e 95% no Brasil.

Portos mais eficientes atraem maior volume de comércio, o que impulsiona as economias locais e globais, refletindo-se no mercado financeiro, no entanto, essa eficiência é atingida através de modernização e atuação de investidores. Estes, por sua vez, na atual conjuntura, são atraídos por empresas socialmente responsáveis e que aprimoram seu perfil de risco, melhoram sua reputação e retorno monetário. Isto é, corporações que adotam práticas ESG são cada vez mais valorizadas e visadas por investidores e se destacam, ao passo que

entidades que ainda não reconheceram os fatores sociais, ambientais e de governança como pilares de avaliação de desempenho de responsabilidade e sustentabilidade se tornam irrelevantes.

2.2 Impactos ambientais

Qualquer interação do ser humano com o meio ambiente causa impactos, que podem ser negativos ou positivos. No cenário das operações portuárias, os impactos negativostendem a ser mais significativos do que os positivos.

Dentre os impactos negativos no Porto de Santos, é possível citar alteração na qualidade das águas e dos sedimentos, metamorfose da composição, diversidade e abundância de espécies, transformação da dinâmica sedimentar das praias de Santos, São Vicente e Guarujádevido à necessidade de dragagem do canal para recepção de embarcações maiores, geração de resíduos sólidos e líquidos, modificação nos níveis de ruídos e vibrações; risco de derramamentos e vazamentos de óleo nas águas, alteração da qualidade do ar devido àmovimentação de granéis via rodoviária e marítima, entre outros.

Segundo dados divulgados no site da Autoridade Portuária de Santos, em 2023, a participação do Estado de São Paulo na corrente comercial brasileira foi de 54,4% e segue batendo recordes de movimentações. Isto posto, o crescimento dessas atividades ao longo das décadas expôs a necessidade de uma estrutura legal robusta para moderar seus efeitos negativos. A Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela lei n° 6.938/81 no Brasil surgiu como resposta a essa necessidade e ficou conhecida como uma inovação no país por definir os recursos, os critérios, a regulamentação e as incumbências de cada órgão federal que intervém na política ambiental nacional.

Diante disso, é necessário que os operadores portuários tenham medidas de controle, de prevenção, compensatórias e de monitoramento, de forma que se relacionem com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e, consequentemente, sejam mitigatórias para manutenção dos resultados técnicos apresentados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Visando absorver as práticas de ESG, diversos portos internacionais passaram a adotar medidas sustentáveis. Um exemplo é o Porto de Roterdã, que

estabeleceu metas climáticas e planeja acelerar a redução das suas próprias emissões de CO_2, transformando 60% da frota de automóveis em totalmente elétrica e 30% em semielétrica, além de utilizar biocombustível limpo em suas embarcações.

2.3 Aspectos sociais

Quando o ESG é abordado, frequentemente o foco são os tópicos ambientais e de governança. Segundo Hovardas (2021), isso se deve ao fato de que a prioridade das companhias é aliar preocupações ambientais e financeiras.

Embora os aspectos ambientais e de governança frequentemente dominem as discussões sobre ESG, é crucial não negligenciar os componentes sociais, que são igualmente importantes para uma abordagem sustentável e responsável. A dimensão social do ESG abrange questões fundamentais como direitos humanos, condições de trabalho, corrupção, tributação e competição justa. Essas questões ganharam destaque com a publicação do "*Final Report on Minimum Safeguards*" em outubro de 2022, que, com base na legislação europeia e nos padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE) e das Nações Unidas, delineia a responsabilidade das empresas em aderir a salvaguardas mínimas nesses quatro tópicos essenciais.

Ainda utilizando o Porto de Roterdã como exemplo, pode-se citar a adesão à Carta da Diversidade Holandesa. A assinatura dessa carta implica às empresas a criação de um plano de ação para suas políticas de diversidade e inclusão, o que é visto pela Autoridade Portuária como um valor acrescido às operações comerciais e como intrínseco à responsabilidade social corporativa. O plano de ação do Porto de Roterdã inclui a Política de Diversidade Ativa, que consiste em compor uma equipe formada por pessoas distantes do mercado de trabalho, de várias faixas etárias, com deficiência, do grupo LGBTQIA+ e de diferentes origens culturais.

2.4 Governança

Para o Banco Mundial (1992 apud Santos, 2001), governança é a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de uma país para o desenvolvimento. Trazendo esse significado para o âmbito ESG, pode-se afirmar que a governança corporativa deve favorecer o desenvolvimento

econômico sustentável, elaborando mecanismos internos de controle para assegurar esse progresso sustentável de forma correta, prudente e ética (Oliveira, 2021).

O debate sobre governança corporativa atualmente aborda quatro itens:

- Transparência: fornecer aos stakeholders informações que sejam de seus interesses e não apenas aquelas que são impostas por lei ou regulamento;
- Equidade: tratar de forma justa e isonômica todos os sócios e stakeholders, dando importância aos seus direitos, deveres, exigências, interesses e expectativas;
- Prestação de contas: relatar ações de forma clara, breve, compreensível e pontual, aceitando plenamente as consequências de seus atos e omissões, e agindo com diligência e responsabilidade dentro de suas funções;
- Responsabilidade corporativa: defender a viabilidade econômica da companhia, minimizar a externalização dos aspectos negativos dos negócios e aumentar os positivos.

Em 1° de janeiro desse ano, a Autoridade Portuária de Roterdã se tornou uma corporação governamental e, em função disso, aderiu ao código de governança corporativa pública aplicável às empresas estatais na Holanda, comprometendo-se a compor, executar e cumprir as políticas públicas previstas nesse código.

Ademais, para garantir transparência e responsabilidade na prestação de contas, a Autoridade Portuária de Roterdã, com a participação do Conselho de Supervisão, instituiu vários comitês de assessoramento. Estes comitês coordenam-se com o comitê de auditoria interna e o de remuneração, desenvolvendo regulamentos e introduzindo um programa de informação e treinamento para os membros do conselho, a fim de proporcionar uma melhor compreensão dos principais temas da organização.

3. METODOLOGIA

O presente estudo utilizou a pesquisa bibliográfica como método principal

de investigação. A pesquisa bibliográfica consiste na análise de material já publicado, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes ao tema em estudo. Estemétodo é fundamental para identificar, selecionar e analisar criticamente as contribuições existentes na literatura, possibilitando uma compreensão abrangente sobre o estado da arte e asprincipais discussões em torno do tema abordado.

A seleção do material bibliográfico foi realizada através das seguintes etapas:

- **Definição do tema e dos objetivos da pesquisa**: Inicialmente, foi estabelecido o foco do estudo e os objetivos específicos a serem alcançados, o que orientou a busca pelos materiais mais relevantes.

- **Busca de fontes**: A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas como o Google e o Google Acadêmico, além de publicações físicas disponíveis em bibliotecas.

- **Critérios de inclusão e exclusão**: Foram definidos critérios rigorosos para a inclusão de fontes, considerando a relevância, a atualidade e a credibilidade dosautores e publicações.

- **Análise e síntese das informações**: Após a seleção do material, foi realizada a leitura crítica das fontes, com a identificação dos principais conceitos, teorias, metodologias e resultados apresentados. As informações foram sintetizadas e organizadas de forma a proporcionar uma visão clara e coerente do tema.

- **Referências e citações**: Todas as fontes utilizadas foram devidamente referenciadas conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo a integridade e a transparência da pesquisa.

A utilização da pesquisa bibliográfica permitiu a construção de um referencial teórico robusto, necessário para fundamentar a discussão e as conclusões do estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em 2017, o Porto de Santos implementou o Plano Básico Ambiental da Licença de Operação n°1382, que faz parte do processo de regularização ambiental do Porto Organizado de Santos. Este plano inclui uma série de projetos voltados para o monitoramento da qualidade da água, do sedimento, do ar, e da biota aquática. Além disso, abrange programas de dragagem, educação ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, comunicação social, e controle de ruídos e vibrações, demonstrando um compromisso abrangente com a sustentabilidade ambiental.

Para assegurar a governança corporativa e o cumprimento dos seus objetivos, a Autoridade Portuária de Santos adotou o modelo de três linhas de defesa. Este modelo é essencial para a gestão eficiente de riscos e controles internos, delineando claramente as responsabilidades de cada grupo dentro da organização. A primeira linha é composta por gestores e suas equipes, responsáveis pelo monitoramento e controle dos processos de trabalho. A segunda linha envolve equipes de governança, planejamento estratégico, gestão de riscos e compliance, garantindo a eficácia dos controles. A terceira linha é formada pela auditoria interna, que avalia independentemente a eficácia do gerenciamento de riscos e controles internos.

Como parte de sua estratégia de governança, a APS implementou o Sistema de Integridade. Este sistema inclui agentes, mecanismos e procedimentos internos projetados para prevenir, detectar e combater fraudes e corrupção. O Sistema de Integridade assegura a transparência e a ética nas decisões e práticas de gestão, orientando a conduta de dirigentes, funcionários e stakeholders, e reforçando o compromisso da empresa com uma cultura de integridade e transparência.

A relação Porto-Cidade é fortalecida pela Autoridade Portuária de Santos, que incentiva o desenvolvimento da população local e de seus colaboradores. Um exemplo disso é a parceria com a Fundação CENEP (Centro de Excelência Portuária de Santos), onde a APS participa ativamente na diretoria e no conselho. Além disso, a Autoridade proporciona oportunidades de inserção no mercado de trabalho para jovens, por meio do CAMPS (Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional) e

do Programa Jovem Aprendiz, que já integraram 50 jovens ao quadro de colaboradores da APS.

Portanto, o Porto de Santos não só cumpre as exigências ambientais e de governança, mas também promove o desenvolvimento social e econômico da comunidade local. A implementação desses programas e sistemas evidencia um compromisso abrangente com a sustentabilidade, ética e responsabilidade social, contribuindo para a imagem positiva da Autoridade Portuária de Santos e para o alcance de seus objetivos estratégicos de longo prazo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação dos princípios ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance) no Porto de Santos revelou-se uma estratégia eficiente para promover a sustentabilidade e responsabilidade corporativa em operações portuárias. A adoção do Plano Básico Ambiental, conforme a Licença de Operação n°1382, mostrou o compromisso do porto com a redução de impactos ambientais através de programas de monitoramento da qualidade da água, sedimentos, ar e biota aquática, além de iniciativas de dragagem e educação ambiental.

Em termos de governança, a aplicação do modelo de três linhas demonstrou uma gestão eficiente de riscos e controles internos, assegurando que as responsabilidades fossem claramente definidas e monitoradas. A implementação do Sistema de Integridade reforçou a transparência e a ética na gestão portuária, prevenindo e combatendo fraudes e corrupção.

Além disso, a Autoridade Portuária de Santos mostrou um forte compromisso com o desenvolvimento social, incentivando a integração da comunidade através de programas como a Fundação CENEP e o Programa Jovem Aprendiz. Essas iniciativas não apenas forneceram oportunidades de emprego para jovens, mas também promoveram uma relação positiva entre o porto e a cidade.

A comparação com portos internacionais, como o de Roterdã, destaca a importância de metas climáticas e a transformação sustentável das operações portuárias. A adoção de medidas como a utilização de biocombustíveis limpos e a

promoção da diversidade e inclusão demonstram como práticas ESG podem ser integradas de forma abrangente.

Em suma, o Porto de Santos, ao adotar práticas ESG, não apenas atende às exigências ambientais e de governança, mas também promove um desenvolvimento social e econômico sustentável. Essa abordagem holística é fundamental para o fortalecimento da imagem positiva da Autoridade Portuária de Santos e para o alcance de seus objetivos estratégicos de longo prazo, servindo como exemplo para outras entidades portuárias que buscam alinhar eficiência operacional com responsabilidade social e ambiental.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MARINHA DE NOTÍCIAS. **E-Navigation traz mais segurança e aprimora anavegação**. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/e- navigation-traz-mais-seguranca-e-aprimora-navegacao>. Acesso em 03 jun. 2024.

BRAMANTE, Ivani; CARLOTO, Selma; BRAMANTE, Simone. **ESG+i - Governança ambiental, social e corporativa.** São Paulo, SP: LTr Editora, 2023.

HOVARDAS, T. **Social Sustainability as Social Learning: Insights from Multi-Stakeholder Environmental Governance**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13147744>. Acesso em 13 jun.2024.

OLIVEIRA, João. **O G do ESG: A governança corporativa como catalisadora dos aspectossocioambientais**.2021.Disponível em:<https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/4602dcc0-b336-4aff-9a92-4e60d94cd510/content>. Acesso em 07 jul. 2024.

PACTO GLOBAL. 2004. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/esg/>. Acesso em03 jun.2024.

PLATFORM ON SUSTAINABLE FINANCE. **Final Report Of Minimum Safeguards**. 2022. Disponível em: <https://finance.ec.europa.eu/system/files/2022-10/221011-

sustainable- finance-platform-finance-report-minimum-safeguards_en.pdf>. Acesso em 19 jun. 2024.

PODCAST DP WORLD BRAZIL. **ESG no Porto**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VVPEUokAc_8>. Acesso em 10 jun. 2024.

PORT OF ROTTERDAM. **CO_2 emissions reduction by the Port Authority**. 2024. Disponível em: <https://www.portofrotterdam.com/en/about-port-authority/port-authority-society/co2- emissions-reduction-by-the-port-authority>. Acesso em 12 jun. 2024.

PORT OF ROTTERDAM. **Diversity and Inclusion**. 2024. Disponível em: https://www.portofrotterdam.com/en/about-port-authority/port-authority-society/diversity- and-inclusion>. Acesso em 12 jun.2024.

PORTO DE SANTOS. **Estudos e Programas**. 2024. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/comunidade-sustentabilidade/sustentabilidade/estudos-prgramas/#:~:text=Consiste%20no%20monitoramento%20dos%20n%C3%ADveis,impacto% 20no%20conforto%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 09 jun. 2024.

PORTO DE SANTOS. **Governança corporativa**. 2024. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/>. Acesso em 07 jul. 2024.

SANTOS, Maria. **Governabilidade, Governança e Capacidade Governativa**. 2001. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/819/1/11texto.pdf>. Acesso em 05jul. 2024.

SILVA, Sayonara. **O social do ESG na ótica dos investidores institucionais que operam o Brasil**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/b4f47b5c-9ac2-4baa-b26c-5f7b4d60c18f/content>. Acesso em 19 jun. 2024.